

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
INSTITUTO DE FILOSOFIA – IFILO

NATALIA ADLER ANDRADE SILVA

A BUSCA DA ORIGEM DA IDEIA DE CONEXÃO NECESSÁRIA EM HUME NO
TRATADO E NA *INVESTIGAÇÃO*: IMPLICAÇÕES PARA A PROPOSTA DE
CETICISMO MODERADO

UBERLÂNDIA/MG

2026

NATALIA ADLER ANDRADE SILVA

A BUSCA DA ORIGEM DA IDEIA DE CONEXÃO NECESSÁRIA EM HUME NO
TRATADO E NA *INVESTIGAÇÃO*: IMPLICAÇÕES PARA A PROPOSTA DE
CETICISMO MODERADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do
Curso de Filosofia do Instituto de Filosofia da Universidade
Federal de Uberlândia (UFU) como requisito parcial para a
obtenção dos títulos de Licenciatura e Bacharel em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos César Seneda

UBERLÂNDIA/MG

2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da
UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586 2026	Silva, Natalia Adler Andrade, 2002- A busca da origem da ideia de conexão necessária em Hume no Tratado e na Investigação: implicações para a proposta de ceticismo moderado [recurso eletrônico] / Natalia Adler Andrade Silva. - 2026. Orientador: Marcos César Seneda. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Filosofia. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia. 1. Filosofia. I. Seneda, Marcos César, 1968-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Filosofia. III. Título. CDU: 1
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

NATALIA ADLER ANDRADE SILVA

A BUSCA DA ORIGEM DA IDEIA DE CONEXÃO NECESSÁRIA EM HUME NO
TRATADO E NA *INVESTIGAÇÃO*: IMPLICAÇÕES PARA A PROPOSTA DE
CETICISMO MODERADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do
Curso de Filosofia do Instituto de Filosofia da Universidade
Federal de Uberlândia (UFU) como requisito parcial para a
obtenção dos títulos de Licenciatura e Bacharel em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos César Seneda

Uberlândia, 7 de agosto de 2026.

Membros da banca:

Prof. Dr. Marcos César Seneda (UFU)

Prof. Dr. Anselmo Tadeu Ferreira (UFU)

Doutorando Pablo Henrique Santos Figueiredo (UFU)

AGRADECIMENTOS

A escrita de agradecimentos nos conduz a reflexão de que, antes mesmo da realização completa do trabalho, há pessoas que estiveram presentes e contribuíram ativamente com todo o caminho percorrido até agora.

Por isso, antes mesmo de tudo, agradeço aos meus pais, Lucimar e Carlos Alberto, que estão presentes como um conjunto, me apoiando e me aconselhando para tornar tudo isso possível.

Aos momentos e às vivências que me possibilitaram ter o privilégio de poder escolher cursar filosofia, devido a um interesse prévio, mas também por este campus fantástico onde se situa o curso de filosofia.

Nessa trajetória acadêmica, agradeço a minha companheira, Mariana Rabelo, por encarar comigo todos esses anos da graduação e por continuar dividindo comigo as enriquecedoras experiências.

Também, como parte disso, ao Instituto de Filosofia (IFILO-UFU), bem como a todo o corpo docente. Cada professor me ensinou de uma maneira única e me incentivou significativamente a estar neste meio.

Expressamente, ao Professor Doutor Marcos César Seneda, que me apresentou a filosofia de David Hume, que me despertou para a filosofia de uma maneira decisiva, e que me orientou durante todo esse caminho. Com quem continuo aprendendo tanto.

Também, agradeço, expressamente, ao Professor Doutor Rafael pelas ilustres vistas de prova que contribuíram profundamente para minha formação.

Por último, à minha banca examinadora que se dispôs a me ouvir e a reconhecer o caminho percorrido para o desenvolvimento de todo o trabalho. Agradeço pelas contribuições e disposição, Professor Doutor Anselmo e Doutorando Pablo.

Enfim, minha gratidão a todo o caminho percorrido até aqui. E a todos aqueles citados acima que possibilitaram a chegada.

RESUMO

Este trabalho investiga em que medida a reformulação da ideia de conexão necessária na *Investigação sobre o Entendimento Humano* permanece coerente com a proposta de ceticismo moderado apresentada por Hume na Seção 1 dessa obra. Para isso, realiza-se uma análise comparativa entre o exame conferido à origem da ideia de conexão necessária no *Tratado da Natureza Humana* e na *Investigação sobre o Entendimento Humano*, tomando como fundamento o princípio da cópia e empregando o método de explicação de texto. A comparação evidencia diferenças metodológicas significativas entre as duas obras, especialmente quanto à apresentação do problema e à reformulação da explicação da origem da ideia de conexão necessária, explicitando importantes questões interpretativas. Conclui-se que tais reformulações não representam um abandono da filosofia desenvolvida no *Tratado*, mas antes uma adequação de sua exposição aos objetivos filosóficos da *Investigação*, preservando a compatibilidade da reformulação da ideia de conexão necessária entre causa e efeito com o projeto de ceticismo moderado.

Palavras-chave: Hume. Conexão necessária. Relação de causa e efeito. Ceticismo moderado.

ABSTRACT

This study investigates the extent to which the reformulation of the idea of necessary connection in *An Enquiry concerning Human Understanding* remains consistent with Hume's proposal of mitigated scepticism presented in Section 1 of that work. To this end, it undertakes a comparative analysis of Hume's examination of the origin of the idea of necessary connection in *A Treatise of Human Nature* and *An Enquiry concerning Human Understanding*, taking the copy principle as its theoretical foundation and employing the method of textual analysis. The comparison reveals significant methodological differences between the two works, particularly about the presentation of the problem and the reformulation of the explanation of the origin of the idea of necessary connection, bringing to light important interpretative issues. It concludes that these reformulations do not represent an abandonment of the philosophy developed in the *Treatise* but rather an adaptation of its exposition to the philosophical aims of the *Enquiry*, preserving the compatibility of the reformulation of the idea of necessary connection between cause and effect with the project of mitigated scepticism.

Keywords: Hume. Necessary connection. Causation. Mitigated scepticism.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT	7
SUMÁRIO	8
INTRODUÇÃO	9
1. Reconstrução ao argumento de Hume	10
1.1 Os princípios da natureza humana	10
1.2. O hábito ou costume como fundamento das relações causais	13
2. Entre o <i>Tratado</i> e a <i>Investigação</i>	21
2.1. A impressão de reflexão como a origem da ideia de necessidade.....	21
2.2. Da impressão de reflexão ao fundamento da relação causal	26
3. A proposta de ceticismo moderado em Hume.....	33
3.1. A <i>Investigação</i> como a obra mais relevante segundo João Paulo Monteiro	33
3.2. A proposta de Hume na I Seção da <i>Investigação</i>	37
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	44

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da filosofia moderna, uma das principais preocupações dos filósofos consistiu em investigar os fundamentos, as possibilidades e os limites do conhecimento humano. Além disso, é importante destacar que o desenvolvimento das ciências naturais, especialmente a partir do século XVII, intensificou essa preocupação, impulsionando a busca por um método capaz de conferir maior segurança ao conhecimento científico. Nesse contexto, a experiência passou a ocupar um lugar privilegiado nas investigações filosóficas, sendo entendida como o principal ponto de partida para a aquisição do conhecimento.

Entretanto, atribuir à experiência um papel fundamental na constituição do conhecimento exigia responder a uma questão: de que maneira as observações particulares permitem estabelecer relações gerais e realizar inferências sobre acontecimentos ainda não observados? É nesse ponto que a relação de causa e efeito adquire importância central, uma vez que ela fundamenta grande parte das inferências realizadas tanto na vida cotidiana quanto na investigação científica. É precisamente nesse cenário que se insere o presente trabalho, com ênfase em David Hume. Ao propor uma ciência da natureza humana fundada no método experimental, Hume dedica especial atenção ao problema da relação de causa e efeito, procurando explicar a origem da ideia de conexão necessária que supostamente sustentaria as inferências causais.

Dito isso, o presente trabalho tem como principal motivação responder à seguinte questão: em que medida Hume cumpre a proposta de ceticismo moderado ou mitigado apresentada na Seção 1 da *Investigação sobre o Entendimento Humano*. Para isso, delimita-se como objeto de análise a investigação acerca da origem da ideia de conexão necessária, tomando como fundamento o princípio da cópia e comparando a forma como esse exame é desenvolvido nas duas principais obras de Hume, o *Tratado da Natureza Humana* e a *Investigação sobre o Entendimento Humano*. A pesquisa examina as diferenças metodológicas entre essas duas exposições, evidenciando os problemas interpretativos que surgem de sua comparação. Por fim, procura demonstrar em que medida a reformulação da ideia de conexão necessária, apresentada na *Investigação*, permanece coerente com a proposta de ceticismo moderado defendida por Hume.

1. Reconstrução ao argumento de Hume

1.1 Os princípios da natureza humana

O objetivo deste capítulo consiste em interpretar a seção 14 intitulada “Da ideia de conexão necessária”, do *Tratado da Natureza Humana*. Essa seção, posteriormente, se repete também nas *Investigações sobre o Entendimento Humano* na seção 7. Por isso, ao analisar ambas as obras, percebe-se que Hume aborda os mesmos temas de forma semelhante. Entretanto, o *Tratado*, a obra central a que este momento se refere, se apresenta como mais técnica, aprofundada e repleta de críticas significativas à tradição filosófica que precede a teoria empirista de Hume. A escolha dessa seção específica justifica-se pela centralidade que a noção de conexão necessária ocupa no pensamento humeano. Trata-se, então, de uma noção fundamental para compreender a teoria da causalidade de Hume, bem como seu projeto de investigação acerca dos limites do conhecimento e do ceticismo moderado.

Antes de adentrar na reflexão da seção 14, é indispensável retomar os princípios fundamentais da teoria da percepção de Hume apresentados no Livro I e Parte I do *Tratado*. Além disso, é necessário destacar que Hume estrutura sua investigação de maneira rigorosa, estabelecendo uma espécie de método de síntese¹: parte de três princípios básicos e, a partir deles, desenvolve as questões centrais de sua filosofia, sobretudo a problemática da causalidade. Esses princípios organizam a exposição e funcionam, também, como recurso constante de justificação, pois, no decorrer da obra, Hume retoma recorrentemente seus princípios.

O primeiro deles é o princípio da cópia, pelo qual entende-se que todas as ideias são cópias das impressões. Mais especificamente, as ideias simples correspondem a cópias das impressões simples, diferindo delas apenas em grau de força e vivacidade, sendo as impressões caracterizadas por serem mais intensas e vívidas do que as ideias. Esse princípio conduz ao segundo: a distinção entre simples e complexo. As ideias complexas podem ser decompostas em ideias simples, que por sua vez remetem às suas respectivas impressões originárias. Esse movimento de decomposição das ideias complexas em ideias simples remete ao terceiro princípio, o princípio de separabilidade,

¹ A expressão “método de síntese” é empregada em sentido interpretativo. Assim como na geometria de Euclides proposições complexas são derivadas de definições, postulados e axiomas fundamentais, Hume procura explicar os diversos fenômenos da vida mental a partir de um pequeno conjunto de princípios da natureza humana. Não se pretende afirmar uma influência direta, mas apenas destacar uma semelhança estrutural entre os dois métodos.

o qual afirma que tudo aquilo que é distinto é separável. Assim, as ideias complexas, ao serem decompostas em ideias simples, podem ser pensadas independentemente das outras, ainda que, na experiência, apareçam frequentemente associadas. Esse contexto é decisivo para que Hume sustente que não há ideia na mente humana que não tenha origem empírica em impressões, isto é, na experiência sensível.

É nesse ponto que se torna pertinente recorrer à leitura de Deleuze em *Empirismo e Subjetividade*. Deleuze mostra que Hume não é apenas um empirista preocupado em reduzir ideias a impressões, mas sobretudo um pensador dessa relação. O princípio de separabilidade, por exemplo, expressa a maneira como Hume concebe a experiência: a mente não é um depósito passivo de percepções, mas um campo ativo no qual relações se estabelecem entre elementos distintos. Ou seja, ao decompor ideias complexas em ideias simples, Hume busca sua origem empírica nas impressões sensíveis. Além disso, compreende como tais elementos podem ser recombinaados pela imaginação, produzindo novas conexões, como impressões de reflexão. Nesse contexto, torna-se possível conceber o fogo sem o calor, o sol sem a luz ou ainda o choque entre duas bolas de bilhar sem o movimento subsequente. A possibilidade dessas separações ilustra o funcionamento do princípio da separabilidade, segundo o qual tudo aquilo que é distinguível pela imaginação pode ser concebido separadamente.

Por isso, a importância do princípio da separabilidade não se limita à distinção entre ideias. Afinal, Deleuze revela um aspecto decisivo da filosofia de Hume: *as relações não decorrem dos próprios termos relacionados, mas lhes são exteriores*. Dessa maneira, o empirismo em Hume não pode ser compreendido apenas como uma teoria segundo a qual todo conhecimento deriva da experiência. Por exemplo, segundo Deleuze, “a definição clássica de empirismo” (DELEUZE, 2001, p. 101) sustenta que “o conhecimento não só começa com a experiência como dela deriva” (DELEUZE, 2001, p. 101), tratando-a como uma fonte única. Então, argumenta que, particularmente, em Hume, a situação é mais sofisticada: a experiência fornece percepções distintas, mas também envolve a atuação dos princípios da natureza humana, responsáveis por estabelecer relações entre percepções. Em outras palavras, a experiência não é apenas aquilo que é recebido passivamente pelos sentidos, mas também o campo em que se constituem conexões, expectativas e modos de funcionamento da mente humana. Portanto, trata-se, antes, de uma investigação acerca das condições pelas quais o

conhecimento estabelece relações entre percepções inicialmente distintas. É nesse sentido que Deleuze escreve:

Em resumo, parece impossível definir o empirismo como uma teoria segundo a qual o conhecimento deriva da experiência. Já a palavra “dado” convém melhor. Mas, por sua vez, o dado tem dois sentidos: é dada a coleção de ideias, a experiência; mas, nessa coleção, é também dado o sujeito que ultrapassa a experiência, são dadas as relações que não dependem das ideias. Isso quer dizer que o empirismo só se definirá verdadeiramente em um dualismo. A dualidade empírica ocorre entre os termos e as relações, ou mais exatamente entre as causas das percepções e as causas das relações, entre os poderes ocultos da Natureza e os princípios da natureza humana (DELEUZE, p.102).

Tendo isso em vista, é necessário interpretar que, no começo desta seção, Hume inicia partindo do princípio de separabilidade, pressupondo o conhecimento prévio de seus leitores de seus três princípios fundamentais. Podemos entender isso no seguinte trecho: “Tendo assim explicado a maneira como em nossos raciocínios ultrapassamos nossas impressões imediatas e concluímos que tais causas particulares têm de ter tais efeitos particulares” (THN 1.3.14.1)². A partir dessa citação, é possível retomar o pensamento de Deleuze, que argumenta que Hume deve ser compreendido como um filósofo da subjetividade, na medida em que não existe substância ou essência capaz de assegurar a unidade da experiência. Mas há, antes, a constituição de um sujeito a partir da associação de percepções. Assim, quando se lê que “tais causas particulares têm de ter tais efeitos particulares”, Hume não está afirmando uma necessidade objetiva presente nos objetos, mas descrevendo um hábito de pensamento, um modo como a mente, ao operar com impressões e ideias simples, cria expectativas e constrói regularidades. O princípio de separabilidade permite, então, compreender que, embora possamos pensar a causa separada do efeito (pois são ideias distintas), na prática da experiência essas ideias são associadas repetidamente, de modo que a subjetividade emerge como um campo de crenças formadas pela repetição, isto é, pelo hábito ou costume.

² As referências ao *Tratado da Natureza Humana* seguem a numeração da edição crítica de D. F. Norton e M. J. Norton, sendo indicadas pela sigla THN, acompanhada dos números do livro, da parte, da seção e do parágrafo (THN 1.3.14.1). As citações em português correspondem à tradução de Déborah Danowski, indicada nas Referências Bibliográficas. A sigla EHU refere-se ao título original da obra, *An Enquiry concerning Human Understanding*. Neste trabalho, utiliza-se a tradução de José Oscar de Almeida Marques, cuja numeração segue a edição crítica organizada por Tom L. Beauchamp. As referências são indicadas pela seção, subseção (quando houver) e parágrafo.

1.2. O hábito ou costume como fundamento das relações causais

Dessa forma, introduz-se a questão central que Hume propõe examinar na seção 14 da parte 3 do livro 1 do *Tratado*: o que exatamente significa a ideia de necessidade ao afirmar que há uma conexão necessária entre dois objetos? A formulação do problema é decisiva, pois se posiciona diretamente no centro de sua teoria da causalidade. Em outras palavras: é realmente pertinente dizer que uma causa produz necessariamente um efeito? Por exemplo, que uma nuvem (causa) conduzirá, necessariamente, à chuva (efeito)? Essas questões, na verdade, parecem estar concebendo algo como uma “força” ou “poder” que vincularia o efeito à causa. Nesse sentido, essas indagações conduzem à problematização: toda causa deve sempre ter um efeito e todo efeito deve necessariamente ter uma causa? Essa é a questão central que orienta a seção. Hume explicita a tarefa a ser investigada com clareza ao afirmar: “Nossa tarefa presente, portanto, deve ser encontrar alguma produção natural em que a operação e a eficácia de uma causa possam ser claramente concebidas e compreendidas pela mente, sem risco de obscuridade ou engano” (THN 1.3.14.6)

O desafio é, portanto, encontrar na experiência um caso em que a conexão causal se apresente de maneira transparente, permitindo compreender a origem do surgimento desta noção de necessidade. Para enfrentar essa questão, Hume propõe dois exames. O primeiro dirige-se ao mundo exterior: Hume busca identificar, nos objetos e nas operações da natureza, se há algo que corresponda objetivamente à ideia de necessidade. Isto é, uma impressão que lhe seja equivalente. O segundo volta-se ao sujeito, examinando as operações da mente e a maneira como concebe-se a ligação entre causa e efeito. É nesse segundo exame que se revela a originalidade de Hume, pois sua análise desloca a noção de necessidade do plano ontológico para o plano psicológico. Isto é, não se encontra a necessidade nos próprios objetos, mas no modo como a mente, ao observar a repetição constante de certos acontecimentos, passa a formar o hábito de esperar que de um determinado efeito siga uma determinada causa.

Porém, antes mesmo de adentrar nos dois exames propostos, Hume estabelece uma crítica à tradição filosófica que havia investigado o conceito de causalidade. Sua preocupação é identificar a origem, no interior da filosofia antiga e moderna, da noção de poder e eficácia das causas, ou seja, a compreensão de uma operação causal que garantiria um elo necessário entre causa e efeito. Para isso, é necessário ressaltar que, ao longo da história, a noção de causalidade assumiu duas formas fundamentais. A primeira forma de

conexão racional, pela qual a causa é a razão de seu efeito, funcionando como um mecanismo da mente, o qual é possível, imediatamente, deduzir o efeito, sendo a ação da causa vista como a de uma força que gera ou produz seguramente o efeito. A fim de ilustrar essa primeira forma fundamental da causalidade, caracterizada pela compreensão da relação causal como uma *conexão racional*, serão apresentadas brevemente as concepções de Aristóteles e Descartes. Contudo, a segunda forma fundamental corresponde a uma *conexão empírica*, no qual o efeito não é dedutível da causa, mas é previsível a partir dela pela constância observada na relação de sucessão entre ambos. É a esta segunda concepção de causalidade que o presente texto se dedica, tendo como foco principal a filosofia Hume.

Sendo assim, pode-se identificar ao menos duas grandes linhas de interpretação no percurso da primeira forma, a de *conexão racional*. A primeira perspectiva, aristotélica, considerada a precursora a respeito dos estudos sobre causalidade: “Mas a primeira e verdadeira análise de noção de causa encontra-se em Aristóteles” (ABBAGNANO, p.125 verbete “causalidade”), fundamentava-se na teoria das quatro causas (material, formal, eficiente e final), que buscava explicar o funcionamento da realidade dessa maneira. Nesse contexto, o mundo não se reduz a uma única origem, mas cada objeto pode ser compreendido a partir de quatro causas. A causa material referia-se à matéria de que algo seja feito. A causa formal relacionava-se à forma ou essência da coisa. A causa eficiente indicava o agente ou motor do efeito. A causa final apontava para o propósito ou fim que a ação visava. Além disso, categorias como formas substanciais, acidentes e virtudes ocultas permitiam aos filósofos aristotélicos detalhar a dinâmica interna dos seres, mostrando como propriedades e potenciais se realizam para produzir efeitos específicos. Desse modo, a causalidade aristotélica articula necessidade, potencialidade e finalidade, oferecendo uma explicação do que ocorre na natureza. Sobre Aristóteles, Abbagnano observa:

Este afirma, pela primeira vez (Fís., I, 1, 184 a 10), que o conhecimento e ciência consistem em dar-se conta das causas e nada mais são além disso. Mas, ao mesmo tempo, nota que, se perguntar a causa significa perguntar o porquê de uma coisa, esse porquê pode ser diferente e há, portanto, várias espécies de causas. Num primeiro sentido, é causa aquilo de que uma coisa é feita e que permanece na coisa, como, p. ex., o bronze é a causa da estátua e a prata é a causa da taça. Num segundo sentido, a causa é a forma ou o modelo, isto é, a *essência* necessária ou *substância* de uma coisa. Nesse sentido, é causa do homem a natureza racional que o define. Num terceiro sentido, é causa aquilo que dá início à mudança ou ao repouso: p.ex., o autor de uma decisão é a causa dela, o pai é a causa do filho e, em geral, o que produz a mudança é a causa da mudança. Num quarto sentido, a causa é o fim e, p. ex., a saúde é a causa de se

passar. Causa material, causa formal, causa eficiente e causa final são, portanto, todas as causas possíveis, segundo Aristóteles (ABBAGNANO, p. 125, verbete “causalidade”).

A segunda perspectiva, atribuída por Hume aos cartesianos³, situava em Deus a verdadeira força causal. Enquanto ser concebido como *causa sui*, isto é, cuja existência depende apenas de sua própria natureza, autossuficiente e independente de qualquer causa externa. Nessa concepção, Deus não é apenas o criador, mas a causa real e única de todos os objetos, de modo que todas as demais causas no mundo derivam de sua vontade ou ação. Ao caracterizá-lo como *causa sui*, os cartesianos enfatizam a autonomia absoluta de Deus, tornando-o a origem necessária e primordial de toda a ordem natural. Assim, a *causa sui* permanece como fundamento metafísico de toda realidade, garantindo a continuidade e a coerência do mundo. Ou seja, para os cartesianos, a operação das causas não se encontrava propriamente nos corpos, mas na divindade, que seria o princípio supremo e o ser ativo responsável por todas as modificações da matéria. Para melhor compreensão do debate com filósofos anteriores, Hume menciona os cartesianos, ainda que de modo breve, ao afirmar:

Ora, como casos assim jamais podem ser descobertos nos corpos, os cartesianos, com base em seu princípio das ideias inatas recorreram a um espírito ou divindade suprema, a que consideram como o único ser ativo no universo e como a causa imediata de toda alteração na matéria (THN 1.3.14.10).

A partir disso, considerando já a segunda forma, Hume refuta, valendo-se de seus princípios, as opiniões de seus predecessores, que tentaram explicar a causalidade recorrendo a noções metafísicas ou a princípios ocultos. Os alvos de sua crítica são justamente aquelas concepções que buscavam identificar uma força secreta ou uma energia responsável pela operação das causas. Como o próprio Hume afirma:

[...] opiniões emitidas pelos filósofos que alegaram explicar a força e energia secreta das causas. Alguns afirmam que os corpos agem por sua forma substancial; outros, que agem por seus acidentes ou qualidades; muitos, por sua matéria e forma; alguns ainda, por sua forma e acidentes; e outros, por certas virtudes e faculdades distintas de tudo isso. Ademais, todas essas opiniões se misturam e se transformam de mil maneiras diferentes, o que nos dá um forte motivo para suspeitar que nenhuma delas possui qualquer solidez ou evidência, e que a suposição de que haveria uma eficácia em alguma das qualidades conhecidas da matéria é inteiramente infundada (THN 1.3.14.7).

³ A discussão desenvolvida por Hume em THN 1.3.14.7–10 acerca das diferentes explicações da força ou da eficácia das causas é acompanhada, na tradução de Déborah Danowski, de uma nota que remete ao Livro VI, Parte II, Capítulo 3 de *La Recherche de la vérité* e aos respectivos *Éclaircissements*, indicando Malebranche como o principal interlocutor dessa passagem.

Com esse pensamento, Hume argumenta que as tentativas filosóficas anteriores, ao multiplicarem explicações e recorrerem a princípios tão variados, como formas substanciais, acidentes, virtudes ocultas, faculdades misteriosas, acabam por demonstrar a fragilidade teórica de seus argumentos. Em outras palavras, demonstram a carência de princípios fundamentais que regem estas teorias. Por isso, a diversidade de hipóteses é, para Hume, um indício de que nenhuma possui solidez. Assim, ao recusar as explicações tradicionais da causalidade, Hume reafirma sua posição empirista: não há como conceber uma eficácia ou uma operação secreta das causas que possa ser captada. Portanto, o problema da conexão necessária não deve ser explicado por elos metafísicos, mas por uma explicação que permaneça estritamente dentro dos limites da experiência. É a partir dessa crítica que Hume formula a importância de realizar dois exames, por meio dos quais buscará esclarecer a ideia de necessidade causal.

Além disso, é evidente que Hume utiliza a crítica à tradição filosófica para reforçar seus próprios princípios empiristas. Ao observar que os filósofos recorrem a explicações obscuras e incertas, seja atribuindo a eficácia das causas às virtudes ocultas, à forma substancial ou uma divindade, Hume percebe que a dificuldade em justificar a causalidade revela a limitação de tais abordagens. O autor aponta que, se existissem princípios claros e inteligíveis capazes de explicar a operação das causas, não haveria necessidade de recorrer a noções tão complexas e metafísicas. Para instigar mais o leitor, Hume propõe-nos a apresentar um exemplo em que o poder ou princípio operante de uma causa possa ser observado, e, para isso, Hume argumenta que não é necessário um longo raciocínio, apenas mostrar como é feito este processo no interior da mente humana. Feito isso, é evidente que a ausência de tal exemplo evidencia a fragilidade das explicações tradicionais e reforça a necessidade de uma abordagem estabelecida em princípios fundamentais que sintetizam a teoria. Ou seja, essa impossibilidade de demonstrar empiricamente a operação de uma causa é central para a sua crítica à tradição. Portanto, os três princípios humeanos fundamentais fornecem não apenas a base metodológica de sua filosofia, mas também os critérios pelos quais Hume interpreta, refuta e reorganiza toda a tradição sobre a causalidade.

Esse contexto fornece base suficiente para o primeiro exame proposto por Hume, cujo objetivo central é investigar o poder secreto por trás das causas, ou seja, a força ou eficácia que filósofos anteriores tentaram identificar ao longo dos séculos. Hume introduz a questão das ideias abstratas ou gerais, ressaltando que essas ideias não são

independentes ou separadas da experiência, mas derivam de ideias particulares combinadas com seus graus específicos de quantidade ou qualidade. Partindo desse pensamento, se existe uma ideia geral de poder, por exemplo, deve ser possível conceber, de forma clara, certas espécies particulares desse poder secreto. Em termos mais precisos, é preciso que uma ideia geral possa ser desmembrada em casos particulares, permitindo sua compreensão. Portanto, uma ideia abstrata de poder não poderia existir de forma isolada. Esta ideia deve estar ancorada em seres existentes, percepções concretas, e em impressões sensíveis derivadas da experiência. Nenhuma impressão direta permite perceber algo como uma força que garantiria determinado efeito. O que observamos, de fato, são apenas sequências de eventos que se sucedem, sem que a própria experiência revele uma ligação necessária ou uma operação interna da causa. Hume também demonstra que, mesmo ao recorrer às ideias abstratas, não conseguimos transformar a noção de poder causal em algo imediatamente observável.

Sendo assim, o resultado, do primeiro exame conduz a uma conclusão decisiva: se existisse uma ideia geral de poder, seria possível conceber graus particulares desse poder e atribuí-las a um ser ou objeto específico, permitindo compreender de que modo um efeito resulta necessariamente da operação da causa. Para melhor compreensão, Hume afirma:

Estabelecemos como um princípio certo que as ideias gerais ou abstratas não são senão ideias individuais vistas de um certo ângulo, e que, ao refletirmos sobre um objeto, é tão impossível excluir de nosso pensamento todos os graus particulares de quantidade e qualidade quanto o é excluí-los da natureza real das coisas. Se possuímos, portanto, uma ideia de poder em geral, também temos que ser capazes de conceber alguma espécie particular desse poder. E como o poder não pode subsistir por si só, sendo sempre considerado um atributo de algum ser ou existência, devemos ser capazes de situar esse poder em algum ser particular e de conceber esse ser como dotado de uma força ou energia reais, que fazem com que tal efeito particular resulte necessariamente de sua operação. Devemos conceber distinta e particularmente a conexão entre a causa e o efeito; devemos ser capazes de afirmar, pela simples observação de um deles, que deve ser seguido ou procedido pelo outro (THN 1.3.14.13).

Além disso, complementando essa perspectiva:

Se realmente temos uma ideia de poder, podemos atribuir poder a uma qualidade desconhecida. Mas como é impossível que essa ideia seja derivada de tal qualidade, e como não há nada nas qualidades conhecidas que a possa produzir, segue-se que estamos enganando a nós mesmos quando imaginamos possuir uma ideia dessa espécie, da maneira como normalmente a entendemos. Todas as ideias são derivadas de impressões, e as representam. Jamais temos nenhuma impressão que contenha poder ou eficácia. Portanto, jamais temos nenhuma ideia de poder (THN 1.3.14.11).

Assim, com a conclusão do primeiro exame, Hume propõe um novo caminho de investigação, que busca compreender não a operação das causas nos objetos, mas a natureza e origem das ideias que se associam a elas. Como o autor próprio indica: “convém fazer um novo exame desse tema, para ver se podemos descobrir a natureza e a origem das ideias que a elas vinculamos” (THN 1.3.14.14). O objetivo deste segundo exame é analisar a conexão necessária que atribuímos à relação entre causa e efeito. Para isso, Hume relembra os três princípios de associação que explicam como a mente passa de uma ideia a outra: semelhança, contiguidade e, especificamente, causa e efeito. Esses princípios descrevem a maneira pela qual as ideias se ligam em sequência, mas não implicam a existência de uma força secreta que conecte os eventos no mundo exterior. Ao avançar da observação de eventos particulares para a formação da ideia de conexão necessária, pode-se supor que algo leva a fazer essa associação, como, por exemplo uma espécie de vínculo natural entre as causas e seus efeitos. Hume, entretanto, afirma que isso é um equívoco: as ideias são sempre distintas e, portanto, separáveis, de acordo com seu princípio de separabilidade. Isso significa que cada ideia é individual e não contém conexão necessária. Para ilustrar, Hume utiliza o exemplo da bola de bilhar, que demonstra como a mente interpreta a sucessão de eventos sem que haja, nos objetos, qualquer conexão necessária:

Pois concordar-se-á imediatamente que os diversos casos da conjunção de causas e efeitos semelhantes são em si mesmos inteiramente independentes, e que a comunicação de movimento que vejo agora resultar do choque de duas bolas de bilhar é totalmente distinta daquela que vi resultar de um impulso semelhante há um ano. Esses impulsos não exercem nenhuma influência uns sobre os outros (THN 1.3.14.18).

Esse exemplo evidencia que, embora observe-se regularmente um efeito seguindo uma causa, cada efeito é independente. A conexão que se atribui entre elas não é uma propriedade objetiva dos objetos, mas uma construção do espírito, baseada no hábito de observar a repetição de eventos semelhantes. Nesse sentido, o segundo exame demonstra que a ideia de conexão necessária vem da determinação da mente humana, e não da experiência direta dos objetos, completando o esclarecimento sobre a origem da noção de causalidade.

Após analisar os dois exames, Hume explica o que, de fato, ocorre na mente humana ao formar a ideia de conexão necessária entre causa e efeito. Segundo Hume, não se deve esperar que causas e efeitos sejam agentes necessariamente ligados um ao outro. A observação de um efeito não garante a presença de uma causa específica, nem a

observação de uma causa implica um efeito determinado. O que ocorre é que a repetição constante da conjunção de eventos cria uma expectativa na mente. Observando-se múltiplos eventos em sequência, passa-se a esperar, de forma habitual, que determinado efeito siga determinada causa. Esse processo gera uma espécie de probabilidade, mas não revela uma conexão necessária nos próprios objetos. Hume resume essa ideia ao afirmar:

Em suma, a necessidade é algo que existe na mente, e não nos objetos. E jamais poderemos formar a menor ideia dela se a considerarmos uma qualidade dos corpos. Ou bem não temos nenhuma ideia de necessidade, ou então a necessidade não é senão a determinação do pensamento a passar das causas aos efeitos e dos efeitos às causas, de acordo com a experiência de sua união (THN 1.3.14.22).

Portanto, a união entre causa e efeito é sempre provável, e não necessária. É por isso que Hume coloca o estudo da causalidade no âmbito das ciências prováveis ao realizar a distinção entre relações de ideias e questões de fato na Seção 4 da *Investigação*, diferentemente da tradição filosófica anterior, que buscava fundamentar a relação causal nas ciências demonstrativas. Não há um poder, energia ou divindade que garanta essa ligação. O que faz a mente esperar um efeito após uma causa ou vice-versa é a conjunção habitual, construída pela repetição de experiências passadas. Desse modo, a causalidade, segundo Hume, existe na mente humana como expectativa baseada no hábito, e não como uma propriedade objetiva dos corpos ou dos eventos observados. Assim, ao longo da seção 14 do *Tratado da Natureza Humana*, Hume demonstra que a ideia de necessidade ou poder que une causa e efeito não se encontra nos próprios objetos, mas surge inteiramente da mente humana. A conclusão é reforçada quando Hume afirma:

[...] assim também a necessidade ou poder que une causas e efeitos está na determinação da mente a passar daquelas a estes ou reciprocamente. A eficácia ou energia das causas não se situa nem nas próprias causas, nem em Deus, nem na concorrência desses dois princípios. Pertence inteiramente à alma que considera a união de dois ou mais objetos em todos os casos passados. É aqui que se encontra o poder real das causas, juntamente com sua conexão e necessidade (THN 1.3.14.23)

Em outras palavras, Hume sustenta que não há um poder secreto nos objetos capaz de estabelecer a conexão entre causa e efeito. O que se percebe como "necessidade" é, na verdade, uma determinação da mente, construída a partir da experiência passada e da repetição de conjunções de eventos. A mente, ao observar padrões recorrentes, forma a expectativa de que determinados efeitos seguem determinadas causas. É esse mecanismo interno que cria a noção de poder e de conexão necessária. Além disso, Hume reforça essa conclusão, interrogando, mas, ao mesmo tempo, explicando com precisão a origem dessa percepção:

[...] quantas vezes não devemos repetir para nós mesmos que a mera visão de dois objetos ou ações quaisquer, mesmo relacionados, jamais pode nos dar a ideia de um poder ou de uma conexão entre eles; que essa ideia nasce da repetição de sua união; que a repetição não revela nem causa nada nos objetos, influenciando apenas a mente, mediante a transição habitual por ela produzida; que essa transição habitual, é, portanto, a mesma coisa que o poder e a necessidade, os quais, consequentemente, são qualidades das percepções, e não dos objetos, e são sentidos internamente pela alma, em lugar de percebidos externamente nos corpos? (THN 1.3.14.24)

Por fim, isso significa que a repetição de experiências passadas não cria poder real nos objetos, mas condiciona a mente a esperar determinados resultados, transformando-se em hábito. É essa conjunção psicológica, percebida internamente, que leva a mente a pensar a "necessidade" ou "força causal". Portanto, segundo Hume, a causalidade é uma construção da mente que organiza a experiência em padrões regulares, permitindo formar expectativas sobre os acontecimentos futuros. Dessa forma, a Seção 14 do *Tratado* conclui que a necessidade é uma mera conjunção habitual. Ou seja, a determinação interna da mente a faz projetar regularidade e previsibilidade no mundo, sem jamais depender de um poder secreto nos objetos. Esses argumentos marcam uma ruptura significativa com toda a tradição filosófica anterior, que buscava localizar a causalidade fora da mente, seja em princípios metafísicos ou na divindade, e fundamenta a abordagem empirista de Hume sobre a compreensão humana da causalidade. À luz dessas considerações, ao explicar a ideia de conexão necessária a partir do hábito, da imaginação e da determinação da mente, Hume desloca a origem da ideia de necessidade causal do plano ontológico para o plano das operações da mente humana. Embora este movimento preserve os princípios empiristas no *Tratado*, pode-se perceber que Hume aproxima a relação de causa e efeito em uma explicação marcadamente psicológica, questão que parece sofrer reformulações interpretativas importantes nas *Investigações sobre o Entendimento Humano*.

2. Entre o *Tratado* e a *Investigação*

2.1. A impressão de reflexão como a origem da ideia de necessidade

Para começarmos a adentrar na seção específica das *Investigações sobre o entendimento humano* (Seção 7) e prosseguir com o trabalho, é necessário ressaltar que o primeiro capítulo, o qual se refere à específica seção 14 da parte 3 do livro 1 do *Tratado da natureza humana*, foi de caráter extremamente rigoroso e cumpre a função de reconstruir o argumento do autor a fim de ambientar o presente leitor. Além disso, por ser a obra que antecede a *Investigação*, é estimulante entender o que é inicialmente apresentado por Hume, e, posteriormente, verificar a maneira que Hume reapresenta a ideia de conexão necessária em sua obra posterior (*Investigação*). Neste caso, são utilizadas duas seções específicas de cada obra, mas a escolha foi extremamente pertinente e recortada, visto que as duas partes possuem o mesmo título “Da ideia de conexão necessária”. Por isso, este trabalho, ao comparar as duas seções específicas de cada obra, está levando em consideração que há mudanças interpretativas identificadas entre as duas explicações a respeito da ideia de conexão necessária, mas que possuem o mesmo objetivo, aquele de buscar a origem da ideia de necessidade, que seria responsável por ligar a relação de causa e efeito.

Dito isso, o presente capítulo propõe reconstruir o exame conduzido por Hume, convidando o leitor a buscar uma impressão correspondente às ideias de eficácia (*efficacy*), ação (*agency*), poder (*power*), força (*force*), energia (*energy*), necessidade (*necessity*), conexão (*connexion*) e qualidade produtiva (*productive quality*)⁴ que supostamente ligariam a relação entre causa e efeito. Trata-se de uma investigação orientada pelo princípio da cópia, segundo o qual todas as ideias simples devem derivar de impressões simples correspondentes, distinguindo-se entre si apenas pelos seus graus de força e vivacidade, sendo as impressões mais fortes e vívidas do que as ideias. Dito isso, para que esse exame seja conduzido de maneira rigorosa, é necessário considerar

⁴ Hume, utiliza todas essas palavras no *Treatise of Human Nature*, obra a qual foi editada por David Fate Norton e Mary J. Norton. A referência bibliográfica completa está presente no final do trabalho. Nas duas obras, Hume parece empregar esse conjunto de palavras em um sentido mais amplo, referindo-se ao problema filosófico do vínculo que, desde a tradição moderna, se supõe existir entre causa e efeito. Como observa Peter Millican (2009), Hume afirma que os termos *efficacy*, *agency*, *power*, *force*, *energy*, *necessity*, *connexion* e *productive quality* são “*all nearly synonymous*”, sugerindo que eles integram uma mesma família conceitual no contexto da busca da origem da ideia de conexão necessária. Na *Investigação*, essa estratégia torna-se ainda mais explícita, como se observa no seguinte trecho: “Não há, entre as ideias que ocorrem na metafísica, outras mais incertas e obscuras que as de *poder*, *força*, *energia* ou *conexão necessária*, das quais nos é forçoso tratar a cada instante em todas as nossas investigações” (EHU 7.1.3).

todos os possíveis tipos de impressões reconhecidas por Hume. Além disso, convém manter presente a distinção entre ideias simples e ideias complexas, bem como a possibilidade de decompor estas últimas em seus elementos simples (princípio de separabilidade), conforme exposto no capítulo anterior.

Por isso, ao mencionar as impressões, é interessante lembrar que, no *Tratado*⁵, Hume distingue impressões de sensação (*sensation*) e impressões de reflexão (*reflection*). Quando se refere ao fato de que toda ideia deriva de uma impressão, diz-se que, na verdade, ela deriva de alguma impressão, a qual foi, anteriormente, experienciada pelos sentidos (olfato, tato, paladar, visão, audição), isto é, uma impressão de sensação. Ou seja, ainda assim, a impressão de reflexão deriva das impressões de sensação, as quais, em sua forma simples, foram expostas no capítulo anterior.

Então, a fim de prosseguir com o trabalho da comparação, é válido ter em mente todos esses tipos de impressões, especialmente a que Hume delimita no *Tratado*, as impressões de reflexão. Para tornar essa distinção mais clara, pode-se recorrer ao seguinte exemplo: ao aproximar a mão do fogo, sente-se imediatamente o calor e, caso haja uma queimadura, a dor. Tanto o calor quanto a dor constituem impressões de sensação, pois são experimentados diretamente pelos sentidos com grande força e vivacidade. Quando essas impressões desaparecem, permanecem na mente suas respectivas ideias, que são cópias menos vívidas das impressões originais. Posteriormente, ao recordar a experiência da queimadura, a ideia da dor pode despertar um sentimento de medo ou de aversão ao fogo. Esses novos sentimentos já não decorrem da ação imediata dos sentidos, mas da própria atividade da mente e, por isso, são denominados por Hume de impressões de reflexão. Nas palavras de Hume:

Primeiro, uma impressão atinge os sentidos, fazendo-nos perceber o calor ou o frio, a sede ou a fome, o prazer ou a dor, de um tipo ou de outro. Em seguida, a mente faz uma cópia dessa impressão, que permanece mesmo depois que a impressão desaparece, e à qual denominamos ideia. Essa ideia de prazer ou dor, ao retornar à alma, produz, produz novas impressões, de desejo ou aversão, esperança ou medo, que podemos chamar propriamente de impressões de reflexão, porque derivadas dela. Essas impressões de reflexão antecedem apenas suas ideias correspondentes, mas são posteriores às impressões de sensação, e delas derivadas (THN 1.1.2.1).

Entretanto, em contraposição, já inaugurando a comparação que o presente trabalho propõe, ao verificar as duas obras, revela-se uma alteração na forma de exposição adotada por Hume. Na *Investigação*, Hume preserva a estrutura de impressões e ideias,

⁵ Ver THN 1.1.2

mas não recorre expressamente ao conceito de impressões de reflexão, empregado de maneira técnica no *Tratado*. Embora o processo descrito permaneça semelhante, sua caracterização torna-se menos explícita, como se observa na passagem a seguir:

Todos admitirão prontamente que há uma considerável diferença entre as percepções da mente quando um homem sente a dor de um calor excessivo ou o prazer de uma tepidez moderada, e quando traz mais tarde essa sensação à sua memória, ou a antecipa pela sua imaginação (EHU 2.1).

Ou seja, Hume está apresentando de maneiras diferentes a sua teoria da percepção. Enquanto o *Tratado* faz uma volta técnica, Hume parece resumir isso, de forma que as impressões de reflexão ganham outra espécie de conteúdo, aparecendo mais explicativamente ao longo da *Investigação*.

Nessa perspectiva, o sentimento de determinação da mente produzido pelo costume corresponderia, na arquitetura conceitual do *Tratado*, a uma impressão de reflexão. Tal interpretação permite compreender a *Investigação* como uma reformulação dos conteúdos demonstrados no *Tratado*, preservando uma continuidade⁶ do projeto filosófico apesar das alterações conceituais e expositivas, como as de impressões de reflexão não se encontrarem presentes na *Investigação*. Essas mudanças serão interpretadas aqui tendo foco no exame da busca de uma impressão correspondente à ideia de necessidade. Dito isso, tendo retomado, ainda que brevemente, o princípio da cópia e esclarecido o papel das impressões de reflexão no *Tratado*, é possível passar ao exame comparativo da maneira pela qual Hume conduz a busca pela impressão correspondente à ideia de necessidade em suas duas principais obras sobre o entendimento humano. Nesse contexto, observa-se que, embora o procedimento investigativo permaneça semelhante, há estas diferenças significativas na forma como esse exame é apresentado no *Tratado* e na *Investigação*.

Na seção específica do *Tratado* (THN 1.3.14), Hume menciona as impressões de reflexão do seguinte modo, antes mesmo de propor o exame:

Contudo, levando adiante minha investigação, vejo que a repetição não é igual em todos os aspectos, mas produz uma nova impressão e, desse modo, produz também a ideia que estou examinando. Pois, após uma repetição frequente, descubro que, quando um dos objetos aparece, o costume determina a mente a considerar aquele que usualmente o acompanha, e a considerá-lo de um modo mais intenso em virtude de sua relação com o primeiro objeto. Portanto, é essa

⁶ Ver Monteiro (2011), que interpreta a *Investigação* como a “obra da maturidade” de Hume preservando a unidade do projeto filosófico, embora com modificações relevantes de conteúdo.

impressão ou determinação que me fornece a ideia de necessidade (THN 1.3.14.1).

Como se observa nessa passagem, Hume, no *Tratado*, afirma que a ideia de necessidade tem sua origem em uma impressão de reflexão, mais precisamente na determinação interna da mente. Essa é uma das primeiras formas que Hume introduz a confecção do exame. Porém como essa determinação se manifesta? E de que modo a ideia de conexão necessária se forma em uma impressão de reflexão, utilizando, aqui, a terminologia do *Tratado*?

Para responder esses questionamentos, segundo Hume, primeiramente, convém-nos explicitar o que é inevitável. Ao observar repetidamente dois objetos unidos por uma relação de causa e efeito, tudo o que a experiência nos apresenta é sua sucessão constante. Isso quer dizer que repetição dessa experiência, como, por exemplo, a recorrente observação de que nuvens carregadas são seguidas de chuva, produz na mente um hábito ou uma determinação, fazendo com que, sempre que o primeiro objeto é experienciado, a mente infere naturalmente o aparecimento do segundo. Pode-se entender melhor isso na seguinte passagem:

Supondo-se que observemos diversos exemplos em que os mesmos objetos estão sempre em conjunção uns com os outros, imediatamente conceberemos uma conexão entre eles e começaremos a fazer uma inferência de um ao outro. Essa multiplicidade de casos semelhantes constitui, portanto, a essência mesma do poder ou conexão, sendo a fonte de que nasce sua ideia (THN 1.3.14.16).

Além dessa compreensão, Hume completa que apesar de que possa ser observada essa repetição constante de objetos, ou seja, um costume (*custom*)⁷, “a repetição, por si só, não tem esse efeito, devendo antes revelar ou produzir alguma coisa nova que seja a fonte dessa ideia” (THN 1.3.14.16). Segundo Hume, isso já foi provado anteriormente⁸. Em outras palavras, embora a experiência revele apenas a conjunção constante entre causa e efeito, é a repetição dessa experiência que produz o costume ou hábito, determinando a mente a passar de um objeto ao outro. Dessa determinação interna deriva a ideia de conexão necessária. Isso é comprovado na seguinte passagem:

Embora os diversos casos semelhantes que originam a ideia de poder não se influenciem mutuamente e jamais possam produzir no objeto uma nova qualidade que pudesse ser o modelo dessa ideia, a observação dessa

⁷ No original inglês, Hume emprega predominantemente o termo *custom*, embora utilize ocasionalmente *habit*, sem estabelecer uma distinção conceitual rigorosa entre ambos. Em razão das diferentes opções adotadas pelos tradutores para verter esses termos ao português, este trabalho utilizará "costume" e "hábito" como expressões equivalentes, salvo quando a análise do texto original exigir a preservação da terminologia inglesa.

⁸ Ver THN 1.3.6.3

semelhança produz uma nova impressão na mente; e é essa impressão que é seu modelo real (THN 1.3.14.20).

Ou seja, na perspectiva de Hume, é a repetição de casos semelhantes que produz o costume da mente. Esse hábito, por sua vez, dá origem a uma nova impressão interna, fazendo com que esperemos naturalmente que determinados acontecimentos voltem a ocorrer: que o sol traga calor, que uma nuvem carregada seja seguida de chuva, que o sol nascerá amanhã ou que uma bola de bilhar⁹, ao colidir com outra, produzirá determinado efeito. Nesses casos, é a própria mente que, em virtude do costume, realiza essa passagem de uma ideia à outra, produzindo uma impressão de reflexão na qual Hume situa a origem da ideia de conexão necessária.

A ideia de conexão necessária, para Hume, “portanto, é o efeito dessa observação, e é apenas uma impressão interna da mente, uma determinação a levar nossos pensamentos de um objeto a outro” (THN 1.3.14.20), por esse motivo, não deve ser procurada nos próprios objetos. Com isso, responde-se à questão inicialmente proposta: de que maneira Hume, valendo-se do princípio da cópia, examina a origem da ideia de necessidade no *Tratado*? Este percurso conduz à conclusão de que a ideia de necessidade deriva de uma impressão de reflexão, isto é, da determinação da mente produzida pelo costume após a observação reiterada da conjunção constante entre objetos.

A ideia de necessidade surge de alguma impressão. Nenhuma impressão transmitida por nossos sentidos é capaz de gerar tal ideia. Ela deve, portanto, ser derivada de alguma impressão interna, ou seja, de uma impressão de reflexão. A única impressão interna com alguma relação com aquilo de que estamos tratando é a propensão, produzida pelo costume, a passar de um objeto à ideia daquele que o acompanha usualmente. Essa é, portanto, a essência da necessidade (THN 1.3.14.22).

Assim, torna-se compreensível o fato de que Hume abandona a busca de uma conexão necessária nos objetos¹⁰ e dirige seu estudo às impressões: se toda ideia deve corresponder a alguma impressão, a origem da ideia de necessidade não pode ser encontrada nos corpos externos, mas na experiência interna da mente, como uma impressão de reflexão.

⁹ Embora o exemplo das bolas de bilhar seja geralmente associado à *Investigação sobre o Entendimento Humano* e ao *Abstract* do *Tratado da Natureza Humana*, é interessante verificar que Hume já recorre a essa imagem no próprio *Tratado* (THN 1.3.14.18), ao discutir a independência entre diferentes casos de conjunção constante. Na *Investigação*, sobretudo na seção 4, o exemplo recebe maior desenvolvimento e passa a desempenhar uma função didática mais explícita.

¹⁰ Ver o capítulo anterior.

Convém lembrar, contudo, que as impressões de reflexão não surgem de maneira independente, pois pressupõem ideias anteriormente derivadas das impressões de sensação. Desse modo, embora a ideia de necessidade encontre sua impressão correspondente na reflexão, todo conteúdo explicativo permanece compatível com o princípio da cópia desenvolvido por Hume.

Portanto, em síntese, a investigação desenvolvida por Hume conduz à conclusão de que a observação reiterada da conjunção constante entre causa e efeito leva a mente, por força do costume ou hábito, a estabelecer uma conexão entre as ideias desses objetos. Essa determinação interna da imaginação, compreendida no *Tratado* como uma impressão de reflexão, constitui a origem da ideia de conexão necessária.

2.2. Da impressão de reflexão ao fundamento da relação causal

Para iniciar-se a familiarização com o estilo de escrita e conteúdo da *Investigação*, pode-se dizer que no *Tratado*, antes mesmo de entrar no exame, Hume, na verdade, realiza um grande movimento histórico, reprovando teorias filosóficas anteriores. Contudo, na *Investigação* a justificativa que Hume expõe ao leitor, como razão para tratar sobre a origem da ideia de conexão necessária é relevantemente mais explícita do que no *Tratado* e possui menor referência às filosofias antecedentes.

Ao iniciar a seção 7, entretanto, percebe-se que Hume direciona sua análise da discussão presente no *Tratado* e, em vez de retomar as controvérsias metafísicas sobre a relação de causa e efeito, Hume concentra sua investigação nas "sensações mais delicadas da mente" e nas "operações do entendimento" (EHU 7.1.1), aproximando o exame da proposta da ciência da natureza humana. Além disso, no *Tratado*, Hume dedica-se inicialmente a uma análise mais psicológica das ideias, investigando minuciosamente sua origem antes de concentrar sua atenção nas operações do entendimento. Na *Investigação*, por sua vez, essa transição ocorre de maneira mais direta, evidenciando uma preocupação mais imediata com o funcionamento do entendimento humano.

Por esse motivo, em vez de desenvolver uma crítica direta a essa tradição, Hume concentra-se em justificar a indispensabilidade da busca à origem da ideia de conexão necessária, alegando que, para isso, deve ser mostrado que é preciso desvinculá-la da suposição de uma energia ou poder oculto que ligaria necessariamente causa e efeito,

simplificando, acima de tudo, a discussão histórica. Em outras palavras, Hume, na *Investigação*, recorre a esse exame, não somente para desvincular-se da tradição metafísica, mas para enfatizar como as operações do entendimento funcionam e tornam possível a condução da vida comum. Nesse texto, Hume dirige-se, sobretudo, à construção de uma ciência do Homem.

Além disso, vamos procurar mostrar como Hume expõe, na *Investigação*, seu interesse prévio nas ciências, esforçando-se, certamente, para construir uma teoria filosófica apropriada, a fim de “remover uma parcela da obscuridade que tanto se censura nesse gênero de filosofia” (EHU 7.1.3), evitando, assim, as árduas discussões metafísicas anteriores. Na sequência, citaremos uma passagem da *Investigação*, em que se percebe um Hume muito mais atento com as ciências da natureza humana¹¹ do que na seção específica do *Tratado*:

Assim, o principal obstáculo a nosso progresso em ciências morais e metafísicas é a obscuridade das ideias e a ambiguidade dos termos. Na matemática, por sua vez, a principal dificuldade reside no tamanho das inferências e na amplitude de pensamentos que se requer para chegarmos a alguma conclusão. E talvez, nosso progresso em filosofia natural seja prejudicado principalmente pela falta de experiências e fenômenos apropriados, que muitas vezes são descobertos por mero acaso. [...] Como a filosofia moral parece ter recebido até agora menos aperfeiçoamentos que a geometria ou a física, podemos concluir que, se há alguma diferença a esse respeito entre essas ciências, as dificuldades que atravancam o progresso da primeira requerem maior cuidado e aptidão para serem sobrepujadas (EHU 7.1.2).

Tendo em vista essa breve contextualização, para iniciar-se o exame da origem da ideia de necessidade na *Investigação*, relembra-se, a fim de dedicar maior atenção a isso, que aqui Hume não faz a distinção entre impressões de sensação e impressões de reflexão. Com esse minucioso detalhe, começa-se essa parte do capítulo com uma citação, na qual Hume apresenta a utilização do princípio da cópia¹² como o principal aliado da busca à fonte da ideia de conexão necessária:

Quando tivermos levado as definições até as ideias mais simples de todas e continuarmos a encontrar ambiguidades e obscuridades, que recurso então nos restará? Que estrategema nos permitirá lançar luz sobre essas ideias e torná-las completamente precisas e determinadas em nossa apreensão intelectual? A resposta consiste em exibir as impressões ou sentimentos originais dos quais as ideias foram copiadas (EHU 7.1.4).

¹¹ Na Seção 4 da *Investigação*, Hume apresenta a distinção entre relações de ideias e questões de fato, posteriormente denominada pela literatura especializada de *Hume's Fork*. Essa distinção orienta o restante da obra, delimitando os diferentes objetos do conhecimento humano e preparando a investigação acerca do raciocínio causal.

¹² Esse princípio já fora apresentado na Seção 2 da *Investigação*.

Diante dessa passagem, surge uma questão: ao referir-se às "impressões ou sentimentos originais", Hume estaria aludindo ao mesmo tópico que, no *Tratado*, descrevera como uma impressão de reflexão? Embora a *Investigação* não empregue essa terminologia, essa leitura parece compatível com a constância de sua explicação acerca da origem da ideia de conexão necessária feita na obra anterior. Além disso, Hume está, inevitavelmente, explicando ao leitor, de forma breve, o funcionamento do princípio da cópia, especificamente, como funcionará em relação ao objetivo de investigar a ideia de conexão necessária, ou seja, concentrando-se diretamente na questão capital.

Mesmo quando Hume menciona "continuamos a encontrar ambiguidades e obscuridades", pode-se até interpretar que, mesmo na *Investigação*, permanecem questões cuja interpretação continua sendo objeto de debate entre os comentadores¹³, os quais questionam, relativamente a Hume, se há a possível existência dos poderes causais na natureza ou não. Porém, ao continuar a análise da *Investigação*, pode-se observar que a estratégia adotada por Hume, apesar das demais dificuldades interpretativas, tem por objetivo esclarecer sua posição acerca da origem da ideia de necessidade. Para tanto, Hume retoma um caminho argumentativo que mantém continuidade com a conclusão apresentada no *Tratado*, valendo-se do princípio da cópia como um princípio seguro e eficaz, como o próprio autor evidencia a seguir:

Essas impressões são, todas elas, fortes e palpáveis e não comportam nenhuma ambiguidade. Não apenas estão elas próprias situadas em plena luz, como podem lançar luz sobre as ideias que lhes correspondem e que jazem na obscuridade. E talvez possamos, desse modo, construir um novo microscópio ou tipo de instrumento óptico pelo qual, nas ciências morais, as ideias mais simples e mais diminutas sejam de tal modo ampliadas a ponto de serem prontamente apreendidas por nós e tornarem-se tão bem conhecidas quanto as ideias mais flagrantes e palpáveis que podem ser objeto de nossas investigações (EHU 7.1.4).

Portanto, Hume explicita, nesse momento, o objetivo central desta seção, precisamente aquele que interessa à presente análise comparativa. Por isso, “para familiarizarmo-nos plenamente com a ideia de poder ou conexão necessária, comecemos então por examinar sua impressão” (EHU 7.1.5). Além disso, Hume não parece abandonar completamente a referência ao que, no *Tratado*, denomina impressão de reflexão. Na

¹³ Como exemplo, pode-se mencionar Strawson, em *The Secret Connexion*, obra publicada em 1989, que sustenta que o ceticismo humeano não deve ser entendido como uma negação da existência de poderes causais na natureza, mas como uma recusa em afirmar que tais poderes possam ser conhecidos. Essa distinção é particularmente relevante para a interpretação da *Investigação*, cuja formulação deixa em aberto se Hume pretende negar a existência de conexões causais reais ou apenas limitar o alcance do conhecimento humano a seu respeito.

Investigação, entretanto, deixa de recorrer a essa terminologia específica. Isso se torna evidente quando afirma que, "a fim de localizar a impressão com mais segurança, procuremos por ela em todas as fontes das quais poderia derivar." (EHU 7.1.5) Conforme essa passagem, Hume demonstra cautela ao afirmar que a impressão deve ser procurada "em todas as fontes" das quais poderia derivar. Essa formulação sugere que sua investigação permanece aberta às diferentes possibilidades de origem da ideia de necessidade, sem restringi-la previamente a uma única fonte. Desse modo, embora a *Investigação* deixe de empregar a terminologia de "impressão de reflexão" utilizada no *Tratado*, não se pode concluir, apenas com base nessa mudança terminológica, que Hume tenha abandonado completamente essa perspectiva.

Consequentemente, após reafirmar o princípio da cópia, Hume inicia a investigação da impressão correspondente à ideia de necessidade por meio de uma exposição mais didática, reformulando a maneira pela qual apresenta a explicação psicológica desenvolvida no *Tratado*. E, para isso, utiliza o grandioso exemplo da bola de bilhar (*billiard-ball*) para demonstrar ao leitor a visualização que se deve, acima de tudo, procurar olhar para a relação, e a única relação infalível e percebível é que "o impulso da primeira bola de bilhar é acompanhado do movimento da segunda, e isso é tudo o que é dado a nossos sentidos *externos*" (EHU 7.1.6). Por isso, primeiramente, Hume exemplifica, através deste exemplo, como a relação de causa e efeito pode ser concebível. Ou seja, tudo o que pode ser observado por meio de nossos sentidos, isto é, de nossas impressões de sensação (na terminologia do *Tratado*), é apenas a sucessão contígua segundo a qual, após a causa, segue-se o efeito.

Tendo em vista o exame do que é externo (*outward senses*), Hume complementa: "Quanto a algum sentimento ou impressão interna, essa sucessão de objetos não faz a mente experimentar nada desse tipo" (EHU 7.1.6). Com isso, indica que a simples observação dos objetos externos tampouco desperta qualquer impressão interna (*inward impression*)¹⁴ que corresponda à ideia de necessidade. Desse modo, conclui que "não há, consequentemente, em nenhum caso particular, isolado, de causa e efeito, nada que possa sugerir a ideia de poder ou conexão necessária" (EHU 7.1.6).

¹⁴ Como dito no corpo do texto, diferentemente do *Tratado*, a *Investigação* não recorre à distinção técnica entre impressões de sensação e impressões de reflexão. Em seu lugar, Hume emprega expressões mais gerais, como *inward impression*, em uma linguagem menos sistemática e mais acessível ao leitor. Essa mudança terminológica pode ser compreendida como parte da reformulação da exposição da teoria da conexão necessária na *Investigação*.

Ou seja, até este momento, Hume procurou demonstrar que a ideia de necessidade não pode ser derivada da mera observação dos objetos externos. Resta, portanto, investigar se sua origem pode ser encontrada na reflexão sobre as operações da própria mente. Essa mudança de direção é particularmente significativa, pois, embora a *Investigação* deixe de empregar a terminologia técnica de "impressão de reflexão", a passagem a seguir sugere que Hume não abandona completamente a busca por uma impressão interna correspondente à ideia de necessidade. Assim, afirma:

[...] vejamos se essa ideia pode ser derivada da reflexão sobre as operações de nossas próprias mentes e copiada de alguma impressão interna. Pode-se dizer que a todo instante estamos conscientes de um poder interno, quando sentimos que, pelo simples comando de nossa vontade, podemos mover os órgãos de nosso corpo ou direcionar as faculdades de nosso espírito (EHU 7.1.9).

Porém, após examinar a hipótese de que a ideia de necessidade pudesse ser derivada da influência da vontade sobre nossas ações, Hume rejeita essa possibilidade, afirmando que, na verdade, "...a experiência nos ensina é como um acontecimento segue-se constantemente a outro, sem nos instruir acerca da conexão oculta que os mantém ligados e os torna inseparáveis" (EHU 7.1.13). Assim, embora a *Investigação* continue examinando possíveis impressões internas como origem da ideia de necessidade, Hume rejeita que a consciência da vontade desempenhe esse papel. Por isso, apenas deve-se observar a relação:

Disso tudo podemos, portanto, concluir – sem nenhuma precipitação, espero, embora com bastante segurança – que nossa ideia de poder não é copiada de nenhum sentimento ou consciência de poder que porventura experimentemos em nosso interior ao darmos início ao movimento animal ou empregarmos nossos membros nos usos e afazeres que lhes são próprios (EHU 7.1.15).

Desse modo, Hume exclui a possibilidade de que a ideia de necessidade seja derivada da observação dos objetos externos. Em comparação, embora Hume preserve a tese, já defendida no *Tratado*, de que a mera observação dos objetos não basta para explicar a origem da ideia de necessidade, Hume reformula sua exposição na *Investigação*. Em vez de recorrer à terminologia das impressões de reflexão, demonstra gradualmente que a observação dos objetos externos não fornece qualquer impressão correspondente à ideia de conexão necessária. Nas palavras de Hume:

Parece então que essa ideia de uma conexão necessária entre acontecimentos surge de uma multiplicidade de casos assemelhados de ocorrências desses acontecimentos em constante conjunção, e essa ideia nunca poderia ter sido sugerida por nenhum desses casos em particular, ainda que examinado sob todos os possíveis ângulos e perspectivas. Mas não há, numa multiplicidade de casos, nada que difira de cada um dos casos individuais, os quais se supõe serem exatamente semelhantes, a não ser que, após uma repetição de casos

semelhantes, a mente é levada pelo hábito, quando um dos acontecimentos tem lugar, a esperar seu acompanhante habitual e a acreditar que ele existirá (EHU 7.2.28).

A essa altura da investigação, torna-se possível sintetizar o percurso desenvolvido por Hume. O exemplo da bola de bilhar evidencia que a mera observação de um caso particular não revela qualquer conexão necessária entre causa e efeito. Somente após a repetição de casos semelhantes a mente passa a estabelecer essa conexão, em virtude do hábito. Assim, embora a *Investigação* abandone a terminologia técnica das impressões de reflexão empregada no *Tratado*, Hume não parece abandonar o fato de que a ideia de necessidade tem origem em uma operação da mente, e não em uma qualidade observável dos objetos. Nas palavras de Hume:

Na primeira vez que um homem viu a comunicação do movimento por impulso, como no choque de duas bolas de bilhar, ele não poderia declarar que um acontecimento estava conectado ao outro, apenas que estava conjugado. Depois de observar diversos casos dessa natureza, ele então os declara conectados. Que alteração ocorreu para dar origem a essa nova ideia de conexão? Nada, senão o fato de que ele agora sente que esses acontecimentos estão conectados em sua imaginação, e pode prontamente prever a existência de um a partir do aparecimento do outro. Quando dizemos, portanto, que um objeto está conectado a outro, queremos apenas dizer que eles adquiriram uma conexão em nosso pensamento, e dão origem a essa inferência pela qual se tornam provas da existência um do outro; uma conclusão um tanto extraordinária, mas que parece fundada em evidência suficiente (EHU 7.2.28).

Portanto, como conclusão, ao longo deste capítulo, verificou-se que, embora a *Investigação* reformule a maneira de apresentar a origem da ideia de conexão necessária, Hume preserva o núcleo de sua explicação desenvolvida no *Tratado*. A ideia de necessidade continua sendo explicada pelo costume ou hábito decorrente da repetição de casos semelhantes, ainda que a exposição abandone a terminologia técnica das impressões de reflexão e assume um caráter mais didático. Essa reformulação, contudo, não representa apenas uma alteração de linguagem ou de método expositivo. Nos parágrafos finais da seção, Hume relaciona, expressamente, sua síntese da relação causa e efeito ao alcance e aos limites do entendimento humano, afirmando:

E essa não é uma evidência que possa ser enfraquecida por uma desconfiança geral quanto ao entendimento, ou por uma suspeita cética dirigida contra toda a conclusão que seja nova e extraordinária. Nenhuma conclusão pode estar mais em conformidade com o ceticismo do que as que trazem revelações relativas à fraqueza e estreita limitação da razão e capacidade humanas (EHU 7.2.28).

Essa última passagem permite compreender que a reformulação da apresentação da ideia de conexão necessária na *Investigação* não se reduz a uma alteração na forma de expor a relação de causa e efeito, mas está inserida no projeto mais amplo de

fundamentação do ceticismo mitigado defendido por Hume na Seção 1 da *Investigação*. É precisamente nesse sentido que João Paulo Monteiro interpreta, em *Sobre a interpretação da epistemologia de Hume*, a *Investigação* como a formulação mais amadurecida da filosofia humeana, na qual a análise da ideia de conexão necessária deve ser compreendida à luz do projeto cético desenvolvido por Hume.

3. A proposta de ceticismo moderado em Hume

3.1. A *Investigação* como a obra mais relevante segundo João Paulo Monteiro

A comparação entre o *Tratado da Natureza Humana* e a *Investigação sobre o Entendimento Humano* permite identificar não apenas continuidades, mas também reformulações importantes na apresentação do exame da origem da ideia de conexão necessária, que envolve a relação de causa e efeito. Embora o *Tratado* seja frequentemente considerado uma obra mais abrangente do ponto de vista da exposição das teorias filosóficas de Hume, é necessário considerar a própria avaliação posterior que o autor faz acerca de sua primeira obra. Ao final de sua vida, Hume manifestou de maneira explícita sua insatisfação com a recepção do *Tratado da Natureza Humana*. No *Advertisement*¹⁵ preparado em 1775 e publicado em 1777, caracteriza o *Tratado* como uma obra juvenil, afirmando ter reconhecido seu erro ao publicá-lo demasiadamente cedo. Além disso, há cartas enviadas por Hume, em especial a Gilbert Elliot, amigo e interlocutor intelectual de Hume, em 1751, nas quais Hume já recomendava a leitura da *Investigação* em detrimento do *Tratado*. Essa passagem é destacada por Peter Millican em seu estudo sobre a resposta de Hume a Reid, na qual o comentador reproduz o trecho da carta¹⁶.

Essa consideração é particularmente relevante para a presente investigação, uma vez que a preferência pelas *Investigações* não precisa ser compreendida apenas como uma questão de ordem cronológica ou de estilo de exposição. A indicação do próprio Hume fornece uma razão adicional para considerar as formulações presentes nessas obras posteriores como importantes para a compreensão de sua posição filosófica madura. É nesse sentido que a interpretação de João Paulo Monteiro se torna relevante, pois, ao examinar o *Tratado* e a *Investigação*, Monteiro sustenta que determinadas modificações

¹⁵ Neste *Advertisement*, há uma passagem muito interessante e pertinente para o presente capítulo: “Contudo, vários autores [...], dirigiram todas as suas artilharias contra aquela obra juvenil, a qual o autor nunca reconheceu [...]”. O texto completo está disponível em *Hume Texts Online*.

¹⁶ Porém, no mesmo momento em que Hume recomenda fortemente a leitura da *Investigação*, ele também afirma que “the Philosophical Principles are the same in both” (HL I, 158). Com isso, pode-se considerar que Hume não abandonou completamente aquilo que está presente também no *Tratado*, indicando uma continuidade entre as duas obras. Esta passagem é reproduzida por Peter Millican em *Hume’s “Compleat Answer to Dr Reid”* (2006) e destacada na *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, no verbete “David Hume”.

introduzidas por Hume devem ser compreendidas como revisões de posições anteriormente apresentadas, e não como completas alterações de exposição.

Tendo em vista a comparação realizada no capítulo anterior, na qual se constatou que Hume reformulara a maneira de apresentar ao leitor a origem da ideia de conexão necessária, torna-se necessário perguntar pelos motivos que conduziram essa reformulação. Como observado, a exposição presente na *Investigação* não apenas retira o intuito psicológico das impressões de reflexão, mas também se mostra mais didática, ao utilizar o exemplo da bola de bilhar, e atenta à maneira como a questão é introduzida ao leitor. Desse modo, cabe entender o porquê de Hume optar por reformular sua exposição, e em que medida essa mudança pode ser compreendida à luz de sua produção filosófica posterior.

A questão, contudo, não implica assumir uma ruptura entre as duas obras. Ao contrário, este trabalho, em consonância com a interpretação de João Paulo Monteiro, parte da hipótese de que há uma continuidade fundamental entre o *Tratado da Natureza Humana* e a *Investigação sobre o Entendimento Humano*. Pois, as modificações introduzidas por Hume na obra posterior podem, portanto, ser compreendidas como parte de um processo de revisão e aprimoramento de sua filosofia, sem que isso implique o abandono de seus princípios fundamentais, como o próprio Hume menciona na sua carta a Gilbert Elliot, que os princípios, na verdade, são os mesmos.

Com base nisso, não se pode afirmar que Hume abandone completamente¹⁷ as posições apresentadas no *Tratado*. A reformulação realizada na *Investigação* parece estar antes relacionada à maneira de apresentar sua filosofia. Ou seja, aquilo que no *Tratado* aparece de forma mais densa, técnica e psicológica é retomado de maneira mais concisa e acessível na obra posterior. Essa continuidade pode ser percebida, quando se retoma a argumentação apresentada no primeiro capítulo deste trabalho, segundo a qual os argumentos desenvolvidos no *Tratado* conduzem Hume à conclusão de que é o hábito ou costume, produzido pela experiência da conjunção constante entre os objetos, que determina a mente a realizar a transição de uma causa para seu efeito. Na *Investigação*,

¹⁷ Essa interpretação não é consensual na literatura sobre a relação entre o *Tratado* e a *Investigação*. James Hill (2011 e 2012), por exemplo, questiona a interpretação segundo a qual as diferenças entre as duas obras dizem respeito principalmente à forma de exposição, defendendo que Hume teria modificado sua posição acerca da relação de causa e efeito. Para Hill, a ideia de que a *Investigação* seria apenas uma versão resumida e popular da posição já desenvolvida no *Tratado* obscurece mudanças filosóficas importantes realizadas por Hume.

embora a exposição dessa questão seja reformulada, Hume preserva esse mesmo resultado acerca de seu exame da busca de uma impressão correspondente à ideia de necessidade.

Porém, a questão à qual o presente capítulo se dedica, não é o resultado conduzido por Hume, pois isso já está desenvolvido neste trabalho¹⁸, mas sim a maneira pela qual Hume conduz seu leitor a essa conclusão. Por isso, é necessário, portanto, voltar a atenção para a *Investigação*.

É nesse sentido que a interpretação de João Paulo Monteiro se mostra particularmente relevante para o presente capítulo. Para o comentador, a compreensão adequada do projeto de Hume exige que se atribua à *Investigação* um papel privilegiado, não apenas por se tratar de uma obra posterior, mas porque nela se encontra a formulação que deve ser tomada como definitiva. Isso implica também reconhecer que determinadas passagens do *Tratado* apresentam problemas que não se restringem à forma de exposição, alcançando igualmente o conteúdo das posições filosóficas ali desenvolvidas. Como afirma Monteiro:

Uma interpretação coerente, se não verdadeira (pois isso seria talvez esperar demais...), da epistemologia de Hume só se tornará possível uma vez que admitirmos, não apenas que a versão definitiva e correta é a da investigação, mas também que há no *Tratado* erros que talvez residam “mais no estilo do que no conteúdo”, como Hume escreveu em uma de suas cartas, mas que sem dúvida alguma se encontram também no conteúdo (MONTEIRO, 2011, p. 282).

A partir dessa consideração de Monteiro, pode-se compreender que os problemas encontrados no *Tratado* não se restringem à maneira pela qual Hume organiza sua exposição, podendo também envolver a própria formulação de determinados conteúdos. A questão da origem da ideia de conexão necessária, presente no capítulo anterior, oferece um exemplo particularmente relevante dessa dificuldade.

Isso permite compreender por que a relação entre o *Tratado* e a *Investigação* não deve ser reduzida à simples oposição entre uma obra inicial e outra posterior. A própria decisão de Hume de não reconhecer o *Tratado* como expressão definitiva de sua filosofia levanta uma questão interpretativa importante: seria possível falar em uma diferença propriamente filosófica entre um “jovem Hume” e um “Hume maduro”? João Paulo Monteiro formula esse problema nos seguintes termos:

¹⁸ Ver como isso já foi exposto no capítulo 1.

A obra de Hume é um caso único na história da filosofia. ele deixou-nos um livro que nunca mais voltou a publicar, decidindo em vez disso convertê-lo em livros menores com o mesmo conteúdo básico, mas com grandes diferenças sob diversos aspectos. Perto do fim de sua vida declarou que nunca havia reconhecido como sua aquela primeira obra, e que gostaria que seus leitores apenas levassem em conta as versões definitivas de suas teorias do entendimento, das paixões e da moral. isto levanta um problema especial de interpretação: será que há uma diferença entre um “jovem Hume” e um “Hume maduro” (MONTEIRO, 2011, p. 280).

A partir disso, a distinção entre o “jovem Hume” e o “Hume maduro” pode ser compreendida não como uma ruptura entre dois projetos filosóficos, mas como o desenvolvimento de uma posição que encontra na *Investigação* uma formulação mais precisa.

Além disso, a necessidade de realizar essa distinção entre as diferentes fases da filosofia de Hume é enfatizada por Monteiro, que adverte:

Mas nós, como leitores que querem fazer justiça ao maior filósofo da língua inglesa, que talvez tenha sido também o maior filósofo do século XVIII, não podemos nunca permitir-nos qualquer negligência no estudo de Hume, como seria por exemplo o caso se optássemos pelo “método” fácil de apresentar todos os seus textos sem estabelecer uma clara distinção entre a obra mais descuidada que ele escreveu na juventude e sua filosofia mais sólida e definitiva (MONTEIRO, 2011, p. 291).

Diante disso, o presente trabalho acompanha a interpretação de Monteiro ao atribuir importância¹⁹ ao que Hume apresenta na *Investigação*. Apesar de que os temas discutidos aqui, relacionados ao *Tratado*, são de bastante pertinência e curiosidade, a *Investigação* deveria ser considerada, como de preferência do próprio Hume e conforme sustenta Monteiro, a obra mais apropriada para a exposição do projeto humeano. Por isso, torna-se necessário compreender também o projeto filosófico de um ceticismo moderado ou mitigado, que Hume apresenta no início da *Investigação*.

É justamente essa interpretação que orientará o passo a seguir. Se a *Investigação* apresenta a formulação mais sólida da filosofia de Hume, cabe então examinar a proposta estabelecida desde o início da obra para compreender de que maneira sua investigação sobre o entendimento humano se articula com o ceticismo moderado.

¹⁹ Ao se discutir questões relacionadas à importância das duas obras, deve-se lembrar de Strawson, que também prefere dar prioridade à *Investigação*, respeitando a orientação do próprio Hume.

3.2. A proposta de Hume na I Seção da *Investigação*

Nesse contexto, se a *Investigação* ocupa um papel decisivo para compreender a posição madura de Hume, o entendimento do projeto humeano presente na seção 1 da *Investigação* torna-se fundamental. É nesta seção que Hume apresenta ao leitor o projeto que orienta toda a sua investigação e delimita o modo como pretende conduzi-la. Ao retomar essa seção permite-se, portanto, compreender o contexto filosófico no qual a reformulação da origem da ideia de conexão necessária presente na seção 7 da *Investigação* deve ser situada.

Claramente, a maneira pela qual Hume desenvolve essa questão na *Investigação* não pode ser considerada isoladamente, mas deve ser compreendida com base na proposta que Hume estabelece para sua teoria desde o início da obra. Assim, o intuito da presente exposição desta seção em específico é que, ao final, compreender a maneira pela qual Hume expõe a origem da ideia de necessidade na *Investigação*, com base no projeto de ceticismo moderado proposto nesta obra. Busca-se, sobretudo, verificar se a reformulação da busca pela impressão correspondente à ideia da conexão necessária, observada na seção 7 intitulada “Das diferentes espécies de filosofia”, é condizente com esse projeto.

Assim, para desenvolver esse percurso, começa-se pela apresentação das duas espécies de filosofia distinguidas cuidadosamente por Hume. A primeira, Hume entende por “fácil e óbvia” (*easy and obvious philosophy*), isto é, voltada à vida cotidiana e à moral prática, que oferece reflexões acessíveis sobre a conduta humana e os costumes. Ainda que brevemente, é importante dizer, de acordo com Hume, que “os filósofos desta primeira espécie a pintam com as cores mais agradáveis, tomando por empréstimo toda a ajuda da poesia e da eloquência” (EHU 1.1). Isto quer dizer que esses filósofos²⁰ procuram aproximar a filosofia daquilo que se pratica na vida comum, tornando-a mais acessível e atraente ao leitor. Além disso, suas reflexões voltam-se para temas como a moral, as paixões, os afetos, a amizade, a virtude e o vício, tratados por meio de uma linguagem mais próxima da experiência cotidiana. Hume, em razão desses temas, reconhece o valor desse tipo de filosofar, pois ela tem efeitos concretos sobre o comportamento humano. Isto é, torna as pessoas melhores companhias e mais sensatas. Nas palavras de Hume:

²⁰ Por curiosidade destaca-se, segundo Millican (2006), a menção à Cícero, La Bruyère, e Addison. E como Hume próprio nos diz: “A fama de Cícero floresce no presente [...] La Bruyère atravessa os mares e ainda mantém sua reputação [...] E Addison, talvez, ainda será lido com prazer [...]” (EHU 1.4).

Esses filósofos selecionam as observações e exemplos mais marcantes da vida cotidiana, situam caracteres opostos em um contraste apropriado e, atraindo-nos para as trilhas da virtude com cenas de glória e felicidade, guiam nossos passos nessas trilhas por meio dos princípios mais confiáveis e dos mais ilustres exemplos. Eles nos fazem a diferença entre vício e virtude, excitam e regulam nossos sentimentos e, assim, basta-lhes que sejam capazes de inclinar nossos corações para o amor à probidade e à verdadeira honra para já considerarem como plenamente atingido o fim de todos os seus esforços (EHU 1.1).

Por isso, Hume valoriza esse tipo de filosofia justamente por sua capacidade de se comunicar com a experiência comum e de produzir efeitos positivos sobre a vida prática. Ou seja, formando bons cidadãos, bons amigos e bons interlocutores. No entanto, Hume também reconhece que essa filosofia, sozinha, não é suficiente. Isso porque, ao evitar o exame dos princípios gerais da mente e da razão, ela corre o risco de se tornar superficial. Por isso, Hume também reconhece a importância da filosofia denominada "abstrusa" (*abstruse philosophy*), recusando a ideia de que as investigações profundas devam ser inteiramente rejeitadas. Esta segunda espécie de filosofia, segundo Hume, é mais especulativa, representando aqueles que “vêm no homem antes um ser dotado de razão do que um ser ativo, e dirigem seus esforços mais à formação de seu entendimento do que ao cultivo de seus costumes” (EHU 1.2).

Dessa maneira, Hume apresenta a segunda espécie de filosofia como uma contraparte necessária. Essa, diferentemente da primeira, busca fundamentos mais profundos. Além disso, se pergunta, por exemplo, quais são as operações da mente que fazem perceber conexões causais, distinções entre realidade e ficção, ou como a memória e a imaginação influenciam o conhecimento. Também, são estes filósofos²¹ que trabalham com distinções conceituais sutis, e que, muitas vezes, exigem um certo distanciamento da vida prática, “suas especulações parecem abstratas e até ininteligíveis aos leitores comuns, mas a aprovação que almejam é a dos instruídos e dos sábios” (EHU 1.2). Isto quer dizer que, para estes, o que distingue o ser humano não é sua sensibilidade ou sua disposição moral, mas sua capacidade de raciocinar, de analisar abstratamente os princípios que regem o mundo. Nesse contexto, o objetivo da filosofia não é formar o caráter, mas investigar os fundamentos do conhecimento, da lógica e da estrutura racional da realidade. Ou seja, o raciocínio mental é elevado, e o filósofo se distancia da

²¹ Novamente, Millican (2006) reconhece que os filósofos deste segundo tipo são Aristóteles, Malebranche e Locke. O próprio Hume afirma isso: “[...] mas a [fama] de Aristóteles está completamente arruinada [...]; a glória de Malebranche está confinada à sua própria nação e à sua própria época. E Addison talvez venha a ser lido com prazer, quando Locke estiver inteiramente esquecido” (EHU 1.4).

experiência comum para operar num plano mais teórico, mais especulativo. Assim Hume se refere à filosofia abstrusa:

[...] Parece-lhes vergonhoso para toda a literatura que a filosofia não tenha até agora estabelecido, para além de toda controvérsia, os fundamentos da moral, do raciocínio e da crítica, e que fale interminavelmente sobre verdade e falsidade, vício e virtude, beleza e deformidade, sem ser capaz de determinar a origem dessas distinções. Ao empreender essa árdua tarefa, eles não se deixam dissuadir por quaisquer dificuldades, mas, partindo de casos particulares em direção a princípios gerais, vão estendendo suas investigações para princípios ainda mais gerais, não se dando por satisfeitos até que atinjam aqueles princípios originais que, em qualquer ciência, impõem um limite a toda curiosidade humana (EHU 1.2).

Percebe-se, nesta passagem, que esse tipo de filosofia produz, na verdade, seus próprios riscos. Como Hume observa, ao buscar princípios tão gerais e abstratos, o filósofo pode acabar se afastando do mundo real e formulando teorias que pouco dizem respeito à vida humana concreta. Ou seja, a investigação torna-se cada vez mais obscura, produzindo, parafraseando Hume, meras ficções do entendimento, sem qualquer base na experiência, isto é, se afastando da experiência e se perdendo em tentativas de construções metafísicas. Além disso, ao discutir este tipo de filosofia, Hume afirma que, por meio da personificação da Natureza, requer-se uma advertência ao filósofo que se dedica excessivamente às investigações abstrusas.

Tendo em vista esse reconhecimento, Hume não rejeita completamente as duas. No entanto, ressalta que “a filosofia simples e acessível terá sempre preferência sobre a filosofia exata e abstrusa” (EHU 1.3), pois esta é fácil, atraente, acessível e exerce um impacto positivo sobre a vida moral e social dos indivíduos, ainda que tenda à superficialidade conceitual. A filosofia abstrusa, por sua vez, embora frequentemente árida e de difícil compreensão, possui um potencial de aprofundamento teórico e de esclarecimento racional que não deve ser ignorado. Nas palavras de Hume: “[...] uma vantagem considerável que resulta da filosofia exata e abstrata é o auxílio que oferece à filosofia simples e humana, a qual, sem a primeira, jamais poderia atingir um grau suficiente de exatidão em suas opiniões, preceitos e raciocínios” (EHU 1.8)

Com essa perspectiva, apesar de explorar os limites e potencialidades de ambas, Hume propõe um modelo alternativo para explicar as operações do entendimento, que buscaria unir a clareza da experiência com o rigor conceitual, propondo, acima de tudo, uma ciência do Homem, caracterizada pelo funcionamento da vida comum e cotidiana, das relações presentes no dia e dia, e no conhecimento de uma ciência baseada na

experiência e observação. Isto é, uma ciência da natureza humana, orientada pelo método experimental das ciências naturais²². Hume afirma:

Os astrônomos por muito tempo se contentaram em deduzir dos fenômenos visíveis os verdadeiros movimentos, ordem e magnitude dos corpos celestes, até surgir finalmente um filósofo que, pelos mais afortunados raciocínios, parece ter determinado também as leis e forças que governam e dirigem as revoluções dos planetas. Resultados semelhantes têm sido alcançados em outros domínios da natureza, e não há razão para não esperarmos um igual sucesso em nossas investigações acerca dos poderes e organização da mente, se levadas a cabo com a mesma competência e precaução (EHU 1.15).

Nesse trecho, Hume deixa claro sua ambição: aplicar ao estudo do entendimento humano o mesmo tipo de procedimento que levou a física ao seu estado de excelência. Ou seja, segundo Hume, o filósofo deveria observar como a mente realmente opera em situações concretas: como percebemos, como associamos ideias, como formamos crenças e expectativas. Por outro, ele reconhece que a própria ideia de uma ciência do entendimento humano exige algum grau de construção racional, ainda que fundada na experiência. Como observa-se a seguir:

É de supor que o caráter mais perfeito está situado entre esses extremos, exibindo aptidão e gosto tanto pelos livros como pela convivência social e pelos negócios, revelando, na conversação, o discernimento e a delicadeza que brotam da familiaridade com as belas-letras, e, nos negócios, a integridade e exatidão que são o resultado natural de uma correta filosofia (EHU 1.5).

Nesse sentido, segundo Hume, a Natureza exige que essa atividade permaneça vinculada à experiência humana, à prática e à vida social, evitando que o filósofo se afaste das ocupações ordinárias e da convivência com os demais. A filosofia, portanto, não deve conduzir ao abandono da condição humana em favor da especulação, mas integrar-se a ela. Dito isso, a proposta, então, consiste em buscar uma via intermediária, ou seja, uma filosofia que se fundamente na experiência sem recair na trivialidade, e que busque princípios gerais do entendimento humano sem se perder em especulações metafísicas infundadas: “Seja um filósofo, mas, em meio a toda sua filosofia, não deixe de ser um homem” (EHU 1.6).

Em síntese, a seção 1 da *Investigação sobre o Entendimento Humano* oferece as linhas do projeto filosófico de Hume, que se desdobra em duas grandes tarefas: por um

²² Embora Hume não mencione Newton diretamente na seção 1, é notável a inspiração no paradigma da física newtoniana, que servia como referência de rigor e legitimidade científica no século XVIII. A própria analogia com os astrônomos reforça esse ponto. Garrett (1997) expressa a ideia de Hume como um “Newton of the moral sciences”, especialmente ao interpretar o projeto de Hume de aplicar o método experimental à natureza humana.

lado, a proposta de uma filosofia experimental da natureza humana, orientada pela experiência; por outro, a adoção de uma atitude cética, que reconhece os limites da razão e da linguagem filosófica sem, contudo, renunciar inteiramente à investigação racional. Seu ceticismo²³, portanto, atua como uma forma de impedimento que a razão ultrapasse os dados da experiência e se perca em ficções.

Ou seja, tudo aquilo que se pode conceber tem origem naquilo que, antes de tudo, foi dado aos sentidos em algum acontecimento passado. Essas experiências são posteriormente conservadas pela memória e, por meio da imaginação, podem ser retomadas e relacionadas entre si. É justamente a partir da repetição de acontecimentos semelhantes que o hábito se estabelece, levando a imaginação a passar de uma ideia à outra e, assim, a produzir a expectativa de que determinado efeito seguirá determinada causa. Desse modo, a necessidade não é percebida diretamente nos objetos, mas resulta da determinação da mente produzida pela experiência repetida. Portanto, ao analisar a busca da origem da ideia de necessidade na *Investigação*, valendo-se do princípio da cópia, deve-se, primeiramente, refletir se está compatível com essa proposta. Apesar das dificuldades interpretativas, percebe-se, na verdade que Hume está cumprindo com o que antes havia prometido ao leitor.

²³ No tocante a isso, podemos mencionar mais uma vez Strawson, na medida em que, ao debater sobre se Hume acreditava na existência de poderes causais ou não, acaba também debatendo o ceticismo de Hume. Strawson ressalta que este deve ser visto como um ceticismo não-compromissivo (*non-committal scepticism*), destacando o seguinte: “ele obviamente não está preocupado em fazer afirmações positivas acerca do que definitivamente existe”; mas também “ele não está preocupado em fazer afirmações positivas acerca do que reconhecidamente não existe” (STRAWSON, 2014, p. 16).

CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou investigar em que medida a reformulação da ideia de conexão necessária, apresentada na obra *Investigações sobre o Entendimento Humano*, permanece coerente com a proposta de ceticismo moderado ou mitigado defendida por Hume na seção 1 dessa mesma obra. Para responder a essa questão, tomou-se como ponto de partida o princípio da cópia e realizou-se uma análise comparativa entre o tratamento da causalidade no *Tratado da Natureza Humana* e nas *Investigações sobre o Entendimento Humano*, buscando identificar tanto as continuidades quanto as modificações presentes na exposição do problema.

No primeiro capítulo, foi examinada a formulação da ideia de conexão necessária no *Tratado*, evidenciando-se que Hume procura localizar a impressão correspondente a essa ideia, e conclui que ela não deriva dos objetos externos, mas do funcionamento da mente, sobretudo do hábito ou costume produzido pela repetição constante de casos semelhantes. Em seguida, o segundo capítulo mostrou que a *Investigação* reformula essa exposição ao privilegiar uma linguagem mais acessível e um procedimento argumentativo mais próximo da experiência comum, reduzindo significativamente os elementos da psicologia presentes na obra anterior, somando-se a isso a exclusão da terminologia das impressões de reflexão. Embora essa reformulação tenha suscitado diferentes interpretações entre os comentadores, o estudo realizado permitiu defender que ela representa uma mudança de exposição e de ênfase metodológica, e não uma alteração completa de sua explicação da conexão necessária. Por fim, o terceiro capítulo procurou demonstrar que essa reformulação deve ser compreendida à luz do projeto filosófico apresentado na seção 1 da *Investigação*, na qual Hume propõe uma filosofia capaz de conciliar rigor filosófico e utilidade prática por meio do ceticismo moderado.

Desse modo, a comparação entre as duas obras permite concluir que Hume preserva o núcleo de sua explicação acerca da origem da ideia de conexão necessária, ainda que reformule sua apresentação em função do propósito filosófico. A substituição de uma abordagem mais analítica e psicológica por uma exposição mais concisa e voltada à experiência comum não implica abandono das teses desenvolvidas no *Tratado*, mas evidencia o esforço de tornar sua filosofia mais compatível com o ideal de uma investigação que, sem renunciar ao rigor, permaneça próxima da vida comum. Nesse sentido, a reformulação observada na *Investigação* revela-se coerente com o ceticismo

moderado defendido por Hume, na medida em que preserva os limites do entendimento humano ao mesmo tempo em que reconhece a legitimidade das crenças e inferências que orientam a prática cotidiana e a investigação científica.

Por fim, espera-se que a análise desenvolvida neste trabalho contribua para o debate acerca da relação entre o *Tratado da Natureza Humana* e as *Investigações sobre o Entendimento Humano*, mostrando que as diferenças entre essas obras não devem ser compreendidas como uma ruptura, mas como parte do amadurecimento da estratégia expositiva de Hume, assim como nos mostra João Paulo Monteiro, e de seu esforço para apresentar sua filosofia de maneira mais adequada aos objetivos do ceticismo moderado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARAÚJO, Paulo Roberto Freitas. Ceticismo? Sim. E para vivê-lo? Apenas se for atenuado - Hume e a crítica ao ceticismo pirrônico. In: CORREIA, Adriano; FREITAS, Jacira de; GUIMARÃES, Livia Mara; SANTOS, Antonio Carlos dos (org.). *Filosofia do século XVIII*. São Paulo: ANPOF, 2017. p. 11–23. Disponível em: [ANPOF](https://anpof.org.br/). Acesso em: 26 jul. 2026.

ARISTÓTELES. *Física I-II*. Prefácio, tradução, introdução e comentários: Lucas Angioni. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

Broughton, Janet. "Hume's Ideas about Necessary Connection." *Hume Studies*, vol. 13 no. 2, 1987, p. 217-244. *Project MUSE*, <https://dx.doi.org/10.1353/hms.1987.a389741>.

CHIBENI, Silvio Seno. *Resumo das análises de Hume da gênese da ideia de conexão necessária*. Notas de aula, 2000/2021. Disponível em: [Textos Didáticos — Silvio Seno Chibeni \(Unicamp\)](https://repositorio.unicamp.br/handle/1303/389741). Acesso em: 27 jul. 2026.

DELEUZE, G. *Empirismo e subjetividade. Ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2001.

DESCARTES, René. *Meditações sobre filosofia primeira*. Edição em latim e português. Tradução, nota prévia e revisão de Fausto Castilho. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

Ehli, Bridger. "Humean Skepticism and the Metaphysics of Impressions: Questions for Falkenstein." *Hume Studies*, vol. 51 no. 1, 2026, p. 203-212. *Project MUSE*, <https://dx.doi.org/10.1353/hms.2026.a989202>.

ELLIOT, Gilbert. Carta a David Hume. Mar. 1751. Sraffa MS/B/2/2. Trinity College Library, Cambridge. Disponível em: [Trinity College Cambridge Archives](https://trinitycollegecambridge.org/). Acesso em: 26 jul. 2026.

FABIAN, Ulisses Cauê Bôa Ventura. *Hume e a existência de conexões necessárias na natureza*. 2022. 1 recurso online (137 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/6080>. Acesso em: 26 jul. 2026.

FOLSHEID, Dominique; WUNENBURGER, Jean-Jacques. *Metodologia filosófica*. Tradução de Paulo Neves. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. Seção 1, II – Explicação de texto; III – Comentário de texto.

GARRETT, Don. *Cognition and Commitment in Hume's Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

HILL, James. How Hume Became “The New Hume”: A Developmental Approach. *Journal of Scottish Philosophy*, v. 10, n. 2, p. 163-181, 2012.

HILL, James. Hume's Theory of Causation: Is There More Than One? *Teorie Vědy / Theory of Science*, v. 33, n. 2, p. 233-249, 2011.

HUME, David. Advertisement. In: HUME, David. *Essays and Treatises on Several Subjects*. 1777. Disponível em: [Hume Texts Online](https://www.davidhume.org/). Acesso em: 26 jul. 2026.

_____. *A Treatise of Human Nature*. D. F. Norton and M. J. Norton (eds.). Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. *An Enquiry Concerning Human Understanding*. 1ª edição. New York: Oxford University Press, 2007.

_____. An Abstract of a Book lately Published entitled A Treatise of Human Nature. In: HUME, D. *A Treatise of Human Nature*. D.F. Norton and M.J Norton (eds). Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. *Tratado da Natureza Humana: Uma Tentativa de Introduzir o Método Experimental de Raciocínio nos Assuntos Morais*. Tradução de Déborah Danowski. 2ª edição. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

_____. *Investigações sobre o Entendimento Humano e sobre os Princípios da Moral*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

MARSHALL, C. *Hume versus the vulgar on resistance, nixus, and the impression of power*. *Philosophical Studies*, v. 172, n. 2, p. 305-319, 2015. DOI:10.1007/s11098-014-0304-1

MILLICAN, P. Hume, causal realism, and causal science. *Mind*, v. 118, n. 471, p. 647–712, Julho de 2009. DOI:10.1093/mind/fzp095.

MILLICAN, Peter. Hume's 'Compleat Answer to Dr Reid'. *Hume Conference*, University of Koblenz, Germany, August 2006. Disponível em: [Hume Texts Online](http://www.humetexts.com/). Acesso em: 26 jul. 2026.

MONTEIRO, Joao Paulo. Sobre a interpretação da epistemologia de Hume. *Kriterion. Revista de Filosofia*, v. 52, n. 124, p. 279-291, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/kr/v52n124/a02v52n124.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2026.

Morris, William Edward; Brown, Charlotte R., "David Hume", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2020 Edition)*, Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2020/entries/hume/>>.

NETO, J. M. R. The skeptical Cartesian background of Hume's "Of the Academical or Sceptical Philosophy" (First Inquiry, Section 12). *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 56, n. 132, p. 371-392, 2015.

NORTON, D.F; TAYLOR, J (ed.). *The Cambridge Companion to Hume*. New York: Cambridge University Press, 1993.

PEREIRA, Rômulo Martins. *David Hume e suas duas definições de "causa"*. *Revista Estudos Hum(e)anos*, v. 6, n. 1-2, p. 13-32, 2018.

PIERRÈS, Raphaël. Resenha de: SHEPHERD, Mary. *An Essay upon the Relation of Cause and Effect*. Ed. Don Garrett. Oxford: Oxford University Press, 2024. *Archives de Philosophie*, Paris, v. 89, n. 2, p. 220-223, abr./jun. 2026.

POPKIN, H, R. David Hume: his pyrrhonism and his critique of pyrrhonism. *The Philosophical Quarterly*. vol. 1 n. 5, p. 385-407, 1951.

PORCHAT, O. *Vida Comum e Ceticismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. -----
_____. *Rumo ao ceticismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

QU, Hsueh. Hume's regulative epistemology in the Enquiry. *Canadian Journal of Philosophy*, v. 54, n. 3, p. 207–218, 2024. DOI: 10.1017/can.2025.8. Disponível em: [Cambridge Core](#). Acesso em: 26 jul. 2026.

SANTOS, Rafael Bittencourt. Hume e o princípio fundamental da filosofia moderna. In: CONTE, Jaimir; FERRAZ, Marília Côrtes de; ZIMMERMANN, Flávio (orgs.). *Ensaaios sobre a filosofia de Hume*. Florianópolis: NEL/UFSC, 2016. p. 355-377.

SENEDA, Marcos César. Da imaterialidade da alma: a desconstrução mais incisiva de Hume de um pressuposto metafísico. In: CONTE, Jaimir; FERRAZ, Marília Côrtes de; ZIMMERMANN, Flávio (orgs.). *Ensaaios sobre a filosofia de Hume*. Florianópolis: NEL/UFSC, 2016. p. 119-139.

SILVA, Danival Lucas da. *O problema dos universais a partir do empirismo inglês*. 2020. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/30851>. Acesso em: 26 jul. 2026.

SILVA, Laila Thaís Correa e. *A crença na existência do mundo exterior e o ceticismo mitigado em Hume*. 2012. 104 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1618373>. Acesso em: 26 jul. 2026.

SMITH, J, P. *O Ceticismo de Hume*. São Paulo: Loyola, 1995.

STRAWSON, G. *The Secret Connexion*. Oxford: Clarendon Press, 2014.